

SELETA

CAUSAS DA DERROCADA

(DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817)

Amaro QUINTAS

A revolução de 1817 fracassou por excesso de idealismo dos seus dirigentes. Facilitaram de um modo inconcebível no estado preparatório da sedição. Pregaram-na quase às claras. Quando esta fase exige silêncio e discrição. Mormente num país sujeito ao regime absolutista. E foi justamente a falta de sigilo, a publicidade excessiva na propaganda, que provocaram a antecipação. Num momento em que a revolta não estava ainda convenientemente preparada nas outras províncias. E somente as que gravitam ao redor de Pernambuco apoiaram-na.

Aliás a insurreição prematura teria sido talvez abafada se outro governador mais enérgico que Caetano Pinto estivesse no poder. Depois da fácil vitória do dia 6 de março ainda seria possível sustentar o movimento com vantagem se os membros do governo tivessem uma noção mais exata do que fosse fazer uma revolução. Mas nenhum deles possuía a técnica do golpe de Estado e do preparo à contra-revolução. Não eram revolucionários profissionais. Não havia entre eles nenhum Bonaparte, nenhum Lenine, nenhum Mussolini. Eram meros livres-atiadores, impregnados de idealismo utópico.

Quando todas as suas intenções deviam estar voltadas para os preparativos militares cuidando da defesa da capitania e do envio de expedições para a Bahia, alastrando com rapidez a sedição, ficaram numa

incrível indiferença perante o perigo, interessados, unicamente, com a organização política. A situação de pura defensiva ia trazer a morte inevitável da revolta. Uma rápida ofensiva sobre as regiões vizinhas obrigaria a população, ignorante e submissa, a adesões que só se concretizariam rigorosamente com a presença de canhões e de baionetas. O desenrolar dos acontecimentos veio mostrar a facilidade com a que a multidão voltava-se para os poderosos do dia. O eco dos vivas aos patriotas não tinha ainda morrido e ela já vivava el-rei. No Recife o governo, prejudicado pela pluralidade de membros, ia sentir, logo nos primeiros dias, o choque entre o elemento jacobino e o girondino, quando José Luís de Mendonça, apoiado por Antônio Carlos, propõe a continuação do regime monárquico, exigindo-se somente o sistema constitucional. Embora a reação de Domingos J. Martins, Manuel de Carvalho Paes de Andrade e de Pedrosa tenha feito abortar o projeto e tenha trazido a vitória da facção republicana avançada, ainda assim a ala moderada vai talvez prejudicar futuras medidas de salvação pública.

O governo provisório, muito inspirado na Revolução Francesa, ficou naquela mesma situação do Diretório: oscilando entre o receio do ultrajacobinismo manifestado aqui na ameaça de um levantamento das gentes de cor que arrastasse a revolta para proporções extremadas, e no aparecimento de um Bonaparte.

O medo de um 18 Brumário contribuiu mais do que nenhum outro fator para a queda da República. Domingos Teotônio Jorge, o único que possuía, em verdade, conhecimentos militares para uma ação eficiente, ficou estagnado durante todo o tempo na capital, enquanto se mandava para combater as tropas realistas, com a responsabilidade enorme de general em chefe, um agricultor fantasiado de militar como era Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o célebre Suassuna. Apesar dos reveses iniciais e da atitude dúbia de Francisco de Paula, já preparando o ambiente para escapar do castigo, o que nele era vezo antigo, Domingos Teotônio não seguiu para o "front". Receava-se que, vitorioso, cheio de prestígio no meio da tropa, ascendesse à didatura. O que teria sido a salvação, como aconteceu na França com a derrocada do Diretório. Mas, infelizmente, Domingos Teotônio nada tinha de Bonaparte. E o mesmo tipo de governo instável que se tinha derruído com os golpes do corso, levou em Pernambuco, pela ausência de um homem audaz, ao

desmoronamento do ideal emancipacionista. Martins poderia ter sido esse homem, mas era por demais idealista a ponto de ir, imprudentemente, com trezentos homens, ele que não era militar, tentar deter as tropas de Cogominho. A marcha da sua coluna, depois de separar-se do Suassuna para evitar choques de jurisdição, bateu o recorde de imprudências. Sem ligação com o grosso do exército, sem batedores, julgando as tropas realistas em Alagoas, quando já se achavam em Serinhaém, os soldados de Martins foram surpreendidos completamente desprevenidos no momento em que, na maior calma, transpunham o rio Merepe. Enquanto isso, vários oficiais de curso ficavam na capital com grande contingente de tropas.

O receio dos golpes à Bonaparte persistia muito vivo, repercutindo a sua lembrança na mente dos republicanos afeitos aos acontecimentos da Revolução Francesa. Foi também incompreensível essa concentração militar no Recife, visto que as fortalezas eram suficientes para a sua defesa. O grosso do exército devia estar em campanha fazendo frente às tropas invasoras, já que não se tivera a percepção da necessidade de uma ofensiva, elemento tão decisivo em tais condições... Barros Lima, Pedroso, ou Antônio Henriques talvez tivessem sido capazes do domínio da situação. A atividade deles no dia 6 foi decisiva para a vitória. Muniz Tavares e **Os Mártires** narram, com detalhes, a energia e a rapidez com que agiram. Mas não tiveram função capital que lhes desse margem a uma influência direta no governo. Pedroso, principalmente, demonstrou, durante todo o regime revolucionário, ser o único de atitudes resolutas. A sua falta de sentimentalismo talvez o tivesse levado a impedir o célebre desmoronamento da República. Muniz Tavares vitupera-lhe os fuzilamentos que ordenou, sem conhecimento nem apoio do governo. Mas não se podia agir com benevolência em plena rebelião, sobretudo quando se tinha em frente um adversário impiedoso que usava dos meios repressivos mais abjetos. O momento pedia firmeza e atos de força. O próprio Tollenare, de ânimo tão pouco revolucionário, sentindo a instabilidade da situação resultante da falta de vigor de seus membros, chegou a dizer: "Aqui são precisas baionetas".¹

Em verdade, a violência bem dosada teria sido um fator eficiente para a consolidação do novo sistema político. A brandura

⁽¹⁾ Tollenare, **Notas Dominicais**, 194. Bahia, Progresso, 1956.

exagerada e o espírito de intensa fraternidade demonstrados pelos revolucionários foram elementos para a sua queda. A proclamação elaborada por Miguelinho e os atos do governo extinguindo as separações entre portugueses e brasileiros são, inegavelmente, belos documentos de amor ao próximo e de espírito cristão. Mas impróprios para uma revolução que quer vencer um inimigo que não perdoa. À violência dos processos portugueses, só também a violência. O exemplo da cruel e grosseira repressão da Inconfidência Mineira era bem recente. Ao rude livro 5º das Ordenações, só rudeza idêntica. Os revolucionários conheciam a draconiana legislação vigente, sabiam, perfeitamente, qual o fim que os esperava se fracassassem, mormente havendo entre eles juristas como José Luís de Mendonça e Antônio Carlos.

Um dos primeiros e graves erros cometidos pela Revolução foi a dispensa das tropas que, do interior, acorreram em auxílio do movimento. Erro proveniente do espectro das intencões à 18 Brumário. Como diz Muniz Tavares, "reter essa gente, e quanto mais fosse possível, para formar novos batalhões destros e aguerridos, era sem contradição o primeiro e mais importante dever dos que achavam-se à testa do governo".²

Outra falha foi a extinção de vários impostos, num movimento em que, por causa da guerra, as despesas iam, naturalmente, necessitar de um erário repleto e o nosso não primava pela abastança, porquanto, como diz o autor da **Idéia geral de Pernambuco em 1817**, "de todos os erários era o de Pernambuco que menos tempo tinha para descansar: os saques e ressaques da Corte, e de outros erários eram quase quotidianos".

Os chefes do poder, pelo seu excesso de brandura, incidiam naquilo que é um sintoma lamentável para todos os governos, especialmente para os de época de transição: dar a impressão de falta de energia e concomitantemente de força. Necessitando de armas e munições os governadores lançaram uma proclamação concitando os seus possuidores a vendê-las "pelo preço que a justiça dita". Muitos ocultaram-nas, outros negociaram-nas, mas por preço exorbitante. Os dirigentes aquseceram, tendo reconhecido "o mau ânimo sem puní-lo". O mesmo aconteceu com a compra da embarcação Carvalho 5º. Quando não bastava mais do que a requisitar em bem do interesse público. Dando assim uma demonstração de vigor, sem onerar o tesouro.

(2) Moniz Tavares, **Hist. da Rev. de 1817**, CXVI. Recife, 1917.

A imprevidência demonstrada para com certas questões foi espantosa. Nomeou-se comandante da pequena esquadra organizada um agricultor, Luís Francisco de Paula Cavalcanti, que não entendia absolutamente do ofício. Os oficiais suspeitos pela sua dubiedade continuaram a comandar expedições importantes, como José Mariano enviado contra Pau d'Alho, e o citado Luís Francisco de Paula, retirado da esquadra talvez pela atitude pouco entusiasta e mandado contra o foco realista de Santo Antão.

O espírito de confraternidade, sem encontrar correspondência nos adversários, foi um mal de tristes conseqüências, pois deu margem aos elementos reinóis prepararem a contra-revolução sem nenhum entrave. E enquanto predominava o princípio de que "o realista que continha-se nos deveres de homem honesto não era inquietado", que fizeram os portugueses vencedores? Praticaram as mais hediondas barbaridades. Durante a campanha militar agiram com requintes que causariam admiração aos hunos. Bastando citar o caso do filho do Suassuna, caído em combate, a que "os canibais realistas profanaram depois de morto, sendo achado despido, com o pênis cortado e metido na boca".³

Depois da vitória, o açodamento em matar foi intenso. O Conde dos Arcos alijou diversos em processo sumaríssimo a ponto de, referindo-se ao caso do deão Portugal recomendado à beneficência régia, ter a comissão confessado que os tais documentos "talvez minorem o seu crime", mas os juizes não os podem avaliar "pela brevidade da sentença". Como se explica esta rapidez, quando estava em jogo a vida humana?! Como se explica que nem provas importantes pudessem ser analisadas pela precariedade de tempo!... É que havia somente a ânsia de matar. De transformar o julgamento em assassinio legal. O brado de revolta de José Luís de Mendonça é bem explicativo do espírito do tribunal: "60 réus de pena última tenho livrado da forca sem alegar um só fato, que tivesse meio peso dos meus embargos".

Razões jurídicas não pesavam para os carniceiros do Conde dos Arcos. Nem é de admirar quando D. Marcos de Noronha, na sua célebre proclamação aos pernambucanos, ameaça de "arrasar a cidade e passar tudo a espada" e avisa que, quanto aos chefes do movimento, "é lícito atirar-lhes à espingarda como a lobos". Aliás, as suas proclamações

⁽³⁾ Martins, *Os mártires pernambucanos*, 17

são gozadas. Chama numa D. João VI de "o mais querido dos reis" e diz, mostrando os seus conhecimentozinhos mal empregados de história, "que cada soldado da Bahia será um Cipião". Na segunda, depois de denominar os **condottieri** revolucionários de ridículos, (será uma autoconfissão?) tem a jocosa coragem de dizer: "eu vos asseguro debaixo da minha palavra de honra que os Estados Unidos, e todas as mais nações do Universo desprezam o patriota Martins e seus infames colegas". A palavra do Conde era jogada com muita facilidade... Fazer afirmativas deste peso só de um louco ou de um indivíduo que não preza a sua dignidade...

No Recife a situação ainda era pior. D. Marcos matava por dever cortesão, como frisa Oliveira Lima. Luís do Rego é mais perverso. Aprecia a crueldade exibicionista. Com mutilações. Com cabeças e mãos pregadas. Como aconteceu com os mártires que foram enforcados em Recife. E até com o suicida Padre João Ribeiro. Fato tão abjeto que repugnou o próprio Tollenare, a ponto de dizer: "Posso acaso impedir que o meu coração se confranja ao lançar um último olhar sobre a cabeça desfigurada do infeliz Padre João Ribeiro, que permanece exposta na Praça do Comércio?"⁴ E que foi também objeto da crítica do Rev, Daniel P. Kidder: "Para eterna infâmia dos portugueses a cabeça sangrenta deste homem (João Ribeiro) foi passeada pelas ruas na extremidade duma lança".⁵ E só foi retirada da Praça do Comércio devido ao espírito humanitário de outro estrangeiro, o francês Naudin.

Luís do Rego isentou da sua ação selvagem somente o implicado Monteiro da Franca, "que comprou o seu perdão. Preso na Paraíba, foi acompanhado por sua mulher, que incansável pôde a muito dinheiro subornar um amigo do general; não tendo porém nada a alegar em sua defesa perguntou-lhe este protetor se nunca por qualquer maneira havia falado bem do rei. Então Franca disse em tempo haver feito uma ode". A sentença recomendava-o ao rei por "concorrerem nele várias circunstâncias atendíveis". O dinheiro tem muita força chegando a arranjar "circunstâncias atendíveis", na composição de uma vaga ode.

Para uma repressão desta tinha concorrido uma ação plena de bondade. A Revolução de 17 não possuiu o seu Terror. Os desmandos

⁽⁴⁾ Tollenare, op. cit., 272.

⁽⁵⁾ Kidder, D. P., *Reminiscências de viagem...* II, 86. São Paulo, Martins, 1943.

praticados pela massa nos dias iniciais mostraram-se insignificantes em confronto com situações idênticas em outras revoluções e foram prontamente contidos. Como diz Gilberto Freyre, "a revolução de 1817 parece-nos permanecer em nossa história política 'a única digna desse nome', na frase de Oliveira Lima; é, sem dúvida aquela que se revestiu menos de caráter de pura desordem propícia ao saque, ou menos sofreu da deformação de fins políticos ou ideológicos".⁶

Imitou o movimento francês de 89 apenas nos ideais democráticos, mas não nos seus exageros. Não teve Marat, nem Robespierre⁷. Conheceu somente a figura serena de Condorcet. Não teve o sentido de mera desordem. Nem de simples manifestação de tendência destruidora. Foi pelo contrário "a mais espontânea, a menos desorganizada e a mais simpática das nossas numerosas revoluções".

A falta de energia disciplinada e o excesso de idealismo dos seus dirigentes levaram-na ao fracasso. Em uma ocasião que exigia atitudes decisivas e firmes somente apresentaram-se sentimentos angélicos de suavidade para com os adversários. Atitudes que impossibilitassem as tentativas reacionárias e preparassem elementos militares à defesa e à propagação dos princípios revolucionários. Como aconteceu na França da Convenção espalhando suas idéias por intermédio dos exércitos republicanos. Mas não houve em 1817 um Carnot. Não tiveram um "pai da vitória". Que organizasse militarmente a República. Que evitasse a sua derrocaba. Que batesse as desordenadas e exaustas forças de Cogominho. Os chefes insurgentes não possuíam a atividade dos frios revolucionários. Não tinham aquela visão calculada dos empreiteiros de revoluções. Preferiam antes cuidar dos encargos da administração e discutir direito público. E pregar pensamentos cristãos de amor ao próximo. Se tivessem fuzilado alguns sabotadores da revolta, seguindo assim a política preconizada por Pedrosa e por Antônio Henriques, não teriam contemplado o desmoronamento rápido do sistema político que criaram. O caráter de fraternidade e de brandura do movimento é reconhecido até pelos seus inimigos. Luís do Rego diz em carta ao ministro Tomás Antônio: "pela

⁽⁶⁾ Freyre, G. - Casa Grande e Senzala, 165-166.

⁽⁷⁾ Houve quem comparasse Manuel Pereira Caldas com Robespierre, segundo refere o padre Dias Martins (**Os mártires pernambucanos**, 59). Mas as medidas preconizadas pelo conselheiro do governo provisório estão muito longe das do terrível convencional. Só a mania das comparações históricas justifica o paralelismo.

conduta que teve o chamado Governo Provisório, tanto a respeito do povo como a respeito dos cofres, bem se vê que todos foram mais criminosos que perversos. É alguma cousa não ter sido morto um só homem por ordem do governo rebelde, porque os únicos que foram fuzilados, foi arbitrio do Pedroso, e só deu parte ao governo depois da execução. Também diz Varnhagen: "é justiça que convém fazer-se ao seu intruso governo: não foi sanguinário".

A abnegação dos revolucionários de 17, o seu desprendimento, a sua renúncia que os faziam recusar qualquer remuneração pecuniária, até mesmo a "avultada soma que outrora legamente recebiam os capitães-generais", a sua honestidade restituindo os cofres públicos intactos aos vencedores, num momento em que as incertezas da fuga requeriam dinheiro, são exemplos do espírito elevado daquela geração que sonhou com um Brasil livre e republicano. Geração que continuava o sentido dos nossos ancestrais. Que era a tradição viva do país a manifestar-se. Que era a reação contra as tendências deturpadoras do sistema bragantino. Que era o brado da nossa História contra os regimes exóticos. Geração idealista e sacrificada. Que teria conduzido o Brasil na trilha do seu destino histórico. Passados tantos anos da sonhadora tentativa de 1817, nós que pertencemos também a uma geração inquieta e angustiada, nós que contemplamos tantas transformações, tantos choques ideológicos no mundo agitado dos nossos dias, devemos voltar-nos para aqueles moços entusiastas que morreram de "morte natural cruelmente", segundo o laconismo bárbaro do Livro 5, tit. 6, § 9 das **Ordenações**, sentindo toda a grandeza do seu sacrifício e a necessidade de manter bem alto o espírito de brasilidade expresso na concepção política pela qual eles padeceram.

(A **Revolução de 1817**, pp. 129-137. Rio de Janeiro, José Olympio/Recife, Fundarte, 1985).